



3858 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT26 - Educação do Campo

Campo, cidade, escola e profissão: discursos de jovens de um curso Técnico em Agropecuária
Fábio Dantas de Souza Silva - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana
Luciane Ferreira de Abreu - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

O presente trabalho visa apresentar dados parciais da pesquisa "Educação Profissional, Trabalho, Presente e Futuro: com a palavra os/as jovens do campo", financiada pelo CNPq que tem como objetivo "investigar a concepção de campo nas suas dimensões: educação e trabalho para jovens estudantes do curso Técnico em Agropecuária na modalidade Subsequente" de uma instituição federal de educação profissional situada no interior da Bahia. Pautada em uma perspectiva crítica, a pesquisa qualitativa traz como categorias teóricas a discussão de *juventude rural, campo e trabalho* com o objetivo de compreender a relação juventude e formação para o trabalho no campo. Como referência analítica, o estudo volta-se para os debates da Educação do Campo que buscam situar as condições de vida dos sujeitos do campo sob uma perspectiva de projeto de sociedade contra hegemônico, na disputa pelas relações de poder dentro da sociedade capitalista. A partir dos dados documentais, dos questionários e das intervenções com grupo focal realizados com os alunos do curso ao longo da pesquisa, buscamos neste texto discutir o perfil dos jovens do curso Técnico em Agropecuária.

Campo, cidade, escola e profissão: discursos de jovens de um curso Técnico em Agropecuária

Introdução

Com o cenário de formação profissional voltado para o trabalho no campo, decidiu-se compreender que sujeitos estavam permeando o universo do curso Técnico em Agropecuária Subsequente de uma instituição federal de educação profissional situada no interior da Bahia e sob quais perspectivas esses estudantes entram neste processo formativo. Pressupõe-se que a zona rural seja o território de vivência desses jovens, no entanto não há garantias de que ao adentrarem no curso, trazem a reflexão do "território" como fundamento para a sua formação para o trabalho.

Este texto vem discutir o perfil dos jovens de um curso Técnico em Agropecuária a partir dos dados documentais, dos questionários e das intervenções com grupo focal realizados com os alunos do curso ao longo da pesquisa "Educação Profissional, Trabalho, Presente e Futuro: com a palavra os/as jovens do campo", financiada pelo CNPq que tem como objetivo "investigar a concepção de campo nas suas dimensões: educação e trabalho para jovens estudantes do curso Técnico em Agropecuária na modalidade Subsequente" de uma instituição federal de educação profissional situada no interior da Bahia.

Pautada em uma perspectiva crítica, a pesquisa qualitativa traz como categorias teóricas a discussão de *dejuventude rural, campo e trabalho* com o objetivo de compreender a relação juventude e formação para o trabalho no campo. Como referência analítica, o estudo volta-se para os debates da Educação do Campo que buscam situar as condições de vida dos sujeitos do campo sob uma perspectiva de projeto de sociedade contra hegemônico, na disputa pelas relações de poder dentro da sociedade capitalista. Toma-se o "campo" como um território de disputa política que demanda a formação de sujeitos coletivos em busca de autonomia de produção, terra, trabalho e condições de vida dignas na zona rural.

Desenvolvimento

O meio rural brasileiro vem sofrendo profundas transformações, sobretudo pela implantação de políticas de modernização capitalistas na agricultura. No que concerne à educação, há índices alarmantes sobre as desigualdades educacionais quando comparado com dados relativos às cidades. (INEP, 2007, 2017)

Esse é o cenário que está inserido a juventude do campo, de um lado as contradições apresentadas pelo modo de produção econômica e suas consequências para a própria continuidade da vida nesse espaço e, por outro lado, a necessidade de continuar o processo formativo como forma de mudar sua realidade pessoal e coletiva.

Nesse sentido, o presente texto de posse de dados parciais da pesquisa, busca apresentar o perfil destes jovens que adentram ao curso técnico na turma de 2016-2017, suas condições de vida, escolarização e a dinâmica socioeconômica das suas famílias, bem como suas concepções de campo a partir das experiências de estudo na instituição de educação profissional. Inicialmente, com 20 alunos matriculados na turma, 16 deles responderam ao questionário, como uma etapa inicial da pesquisa. Foram também trabalhadas técnicas como grupo focal e entrevistas em etapas posteriores.

A instituição de ensino em questão, atende a estudantes de várias localidades do Estado. Originários de municípios rurais, os estudantes delimitam "campo" e "cidade" a partir da sede dos municípios, onde a zona urbana é "a sede" e a zona rural seus arredores. A partir desta lógica, 60% dos estudantes afirmam morar na "zona urbana".

Nesse debate, as discussões de Veiga (2002) trazem uma contribuição importante para a redefinição do pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização e suas implicações nas políticas de desenvolvimento. O Brasil é menos urbano do que se calcula pois "considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características". (VEIGA, 2002, p.32)

Utilizar desta estratégia para definir o rural pode acarretar em um reducionismo, pois corremos o risco de apenas identificar o rural como aquilo que "está fora do perímetro urbano" e como local de desenvolvimento de atividades exclusivamente agropecuárias. Veiga (2002)

faz uma crítica sobre essas caracterizações pois resultam em distorções no tocante à implementação de políticas públicas para os sujeitos que vivem nesses territórios.

Fernandes (2005) usa o conceito território como pertinente para compreender o campo, pois surge como possibilidade de lidar com o campo como espaço de organização política, de cultura, de educação. Tais perspectivas ajudam a compreender a complexidade do debate e a colocar o campo como este local carregado de diversidades, que ao fazer parte das relações de produção da sociedade é por elas afetado em suas múltiplas dimensões.

Na pesquisa com os jovens foram observados dados sobre faixa etária, estado civil, sexo, raça e número de filhos. Para a Política Nacional da Juventude, a população jovem no Brasil corresponde às pessoas na faixa etária entre 15 e 29 anos. (NOVAES et al, 2006). Os estudantes pesquisados estão na faixa etária entre 18 e 30 anos. Entre eles, 55% são do sexo feminino, 45% do sexo masculino; 80% são solteiros, 10% casados. 45% se auto intitularam negros, 45% se auto intitularam pardos e os demais (10%) se auto intitularam brancos. 20% desses estudantes afirmam ter filhos (2017).

Esses dados trazem questões de extrema importância para o debate da educação do campo: a discussão sobre juventude do campo e o indicador da presença das mulheres que dão continuidade ao seu processo formativo. Neste texto nos concentraremos no debate da categoria juventude, que se torna central no estudo, uma vez que os estudantes pesquisados estão na faixa etária dos 15-29 anos. O estudo em desenvolvimento observa que é muito limitada a compreensão desse termo a partir do recorte etário, por isso existe a necessidade de pontuar o entendimento de juventude e “juventude do campo” para além de um debate cronológico.

Buscando superar de um lado a naturalização e homogeneização ao se compreender os jovens somente a partir do recorte etário/geracional e, de outro a sua diluição em uma diversidade que os tornam invisíveis socialmente, propõe-se compreender os jovens a partir da ideia de “Condição Juvenil”, pois este termo abrange, segundo Leão e Antunes Rocha (2015, p.19), “as especificidades de cada situação social vivida a partir dos condicionantes de classe, gênero, pertencimento étnico-racial, etc.”

Assim, estudar os jovens é investigar as relações sociais em que eles estão inseridos, buscando apreender as dimensões simbólicas e culturais. Daí que, o debate sobre juventude rural é específico, no sentido de compreender como essas pessoas vivem a experiência do meio rural como jovens. Para Castro (2009, p. 189), ser jovem rural “carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, em um contexto ainda marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção familiar”.

Isto fica evidente quando na experiência de Grupo Focal com os estudantes podemos identificar reações reflexivas nos mesmos ao serem questionados inicialmente sobre os sentidos que atribuem ao “ser jovem” e narrativas como: “Falar sobre você mesmo é meio estranho” e “Ser jovem é muito difícil”. Ao tratarem sobre os desafios assumidos como jovens, em etapas posteriores com entrevistas e grupo focal, demonstraram em seus depoimentos preocupações relacionadas às suas realidades concretas de vida: “Eu luto por condições melhores para minha família” e “Eu luto por melhoramento para minha mãe”.

Existe um certo consenso nas pesquisas quanto às dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, sobretudo, quanto o acesso ao trabalho e o acesso à escola, tais dificuldades estão diretamente relacionadas à questão fundiária, tornando o acesso à terra um dos grandes entraves para o planejamento de futuro por parte dos jovens da zona rural. Entretanto, a nossa experiência de pesquisa com os jovens estudantes demonstra que a questão fundiária não aparece como debate central ao discutirmos “permanência no campo”.

Segundo os jovens durante o debate realizado junto a grupos focais, as dificuldades encontradas por eles para escolarização, formação profissional e trabalho estão mais vinculadas a escolhas e posturas individualizadas do que a conjuntura socioeconômica e política em que estão inseridos. Isto foi observado em falas como: “Lamento não ter investido em meus estudos antes.” E “Tem trabalho para todo mundo, qualificação não.” Ou ainda “Em relação às oportunidades, muitas pessoas não têm compromisso com o que fazem.”

A pesquisa evidencia que os estudantes são, em grande parte, “jovens da cidade” na busca por formação profissional, no desejo de trabalhar com as atividades rurais, contrariando a ideia hegemônica de que o mundo do trabalho se concentra na cidade.

Podemos afirmar que grande maioria desses jovens advém de famílias monoparentais, sendo que 70% deles moram com suas mães, as quais têm ocupações como “dona de casa, empregadas domésticas/diárias, trabalhadoras rurais, professoras, manicures, comerciantes, merendeiras” (dados da pesquisa, 2017).

Sobre a “ocupação profissional” dos seus pais, 35% dos jovens desconhecem a trajetória paterna; 25% afirmam que seus pais são “autônomos, diaristas, ajudantes de pedreiro, maquinistas, motoristas” e 15% se ocupam como agricultor, trabalhador e zelador rural. A ausência paterna foi um tema de delicadeza nos debates dos grupos focais, um tema que pareceu atingir a todos/as dos grupos.

Os estudantes afirmam ter pais que “não frequentaram a escola” (20%), outros (50%), afirmam que seus pais têm do Ensino Fundamental até o Ensino Médio incompleto. A escolarização dos pais (ou a ausência dela), demarca um ponto forte no processo de continuidade de estudo dos filhos, pois passa pela estratégia dos jovens de editar um futuro diferente do traçado pelos seus pais, com condições de trabalho e vida muito precárias.

Quanto às condições de moradia, 80% dos estudantes afirmam que a família tem imóvel próprio e 20% afirmam que a família reside em imóveis alugados. As respostas apontam para um cenário de serviços básicos adequado, a maioria das residências tem água encanada e energia elétrica.

Todos os estudantes possuem celular, mas apenas 20% deles têm computador ou notebook. Em suas residências, apenas 15% dos estudantes afirmam ter acesso à internet, a grande maioria (80%) afirma não ter. Embora sem acesso à internet em suas residências, 95% dos estudantes estão conectados nas redes sociais pelo celular o que aponta para um cenário de aproximação com contextos socioculturais outros e possibilidades múltiplas de comunicação, quebrando de certa forma, o mito do “isolamento cultural” da juventude do campo.

Mesmo integrantes de famílias de baixo poder aquisitivo, a grande maioria dos estudantes não trabalha (95%). Questionados pela renda familiar, a maioria (65%), afirma que a família percebe até 1 salário mínimo (R\$ 937,00, valor do salário mínimo no período em que o questionário foi aplicado), 5% afirmam que sua família vive com cerca de 2 a 3 salários mínimos (R\$ 1.874,00 a R\$ 2.811,00) e 30% não souberam informar. Metade dos jovens entrevistados afirmaram ter apoio de Programas Sociais como Bolsa Família e Programa “Minha casa, minha vida”. 80% dos jovens afirmam receber auxílio financeiro da instituição de ensino, via política de permanência.

Os estudantes (95%) são originários da escola pública. Apenas 20% deles estudaram na zona rural, 75% dos estudantes estudaram na zona urbana dos seus municípios. As respostas aos questionários revelaram não haver entre estes jovens uma cultura de participação social em coletivos organizacionais, ponto de extrema relevância para os estudos da “educação do campo” e que nos chama atenção para posteriores análises.

Considerações Finais

Ao considerarmos os resultados parciais da pesquisa, observamos indícios de que a vinculação dos jovens com o território da zona rural é fragilizada. Apesar de optarem por um curso predominantemente rural, os estudantes não demonstram muita conexão com o território e suas questões de cunho político e social, como pressupõem os debates da educação do campo. Além disso, o ensino médio subsequente parece ser uma estratégia para alavancar um percurso lacunar de escolarização, uma forma de garantir-se em uma instituição consolidada a fim de dar passos mais largos no futuro profissional. Apesar de enfrentarem dificuldades econômicas, os estudantes pretendem concluir o curso e encontram suporte para isso nas políticas de assistência estudantil da instituição, o que tem garantido a permanência de muitos deles no curso, haja vista o nível de renda de suas famílias. Tais políticas, no entanto, vêm ao longo dos últimos anos sofrendo grandes impactos com a redução de orçamento para as instituições públicas.

Para etapas posteriores da pesquisa será importante observar quais vinculações existentes entre as concepções sobre campo e território construídas pelos sujeitos e a formação proposta no curso Técnico em Agropecuária da instituição federal de educação profissional onde estudam, pois este espaço formativo tem sido considerado pelos estudantes como uma grande conquista pessoal, a qual atribuem significações relacionadas aos rumos profissionais que pretendem tomar nas suas vidas. Isto reafirma a relevância da discussão sobre as concepções sobre juventude, trabalho e campo que os jovens têm construído, pois se relacionam ao tratamento que o nosso projeto de sociedade tem atribuído a essa população, muitas vezes ignorando suas necessidades básicas de acesso a trabalho e escolarização e negando as possibilidades de atuarem como sujeitos políticos que podem contribuir na construção de políticas de desenvolvimento rural significativas para os povos do campo.

Referências

CASTRO, Elisa Guaraná. *Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político*. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez e Juventud. Vol. 7, Nº 1, Enero –Junio 2009, Colômbia, 2009. Disponível em <http://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/Revista-Latinoamericana/issue/view/10>. Acesso em jul 2018

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais*. I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, Brasília, 2005.

INEP. *Panorama da educação no campo*. Brasília, Brasília-DF, INEP/MEC, 2007

_____. *Censo Escolar da Educação Básica 2016 – Notas Estatísticas*. Brasília-DF, INEP/MEC, 2017

LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. *Juventudes no/do campo: questões para um debate*. In *Juventudes do Campo*. 1. ed, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

NOVAES, Regina Célia et al (orgs.). *Política Nacional da Juventude – Diretrizes e Perspectivas*. Conselho Nacional da Juventude, Fundação Friedrich Ebert, 2006

VEIGA, José Eli. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo, Editores Associados, 2002